

Itamar: modelo vicentino de desenvolvimento

MAURO LEITE
DE MAGALHÃES PINTO

O governo Itamar tinha à disposição três caminhos por onde conduzir sua política econômico-social. O primeiro deles era o modelo neoclássico representado pelas políticas dos presidentes Ronald Reagan e George Bush, nos Estados Unidos, e dos ministros Mailson da Nóbrega e Marcílio Marques Moreira, no Brasil. Esta doutrina estava baseada nos seguintes tópicos: liberação geral dos preços; redução do Estado; desregulamentação da economia; diminuição de tributos e encargos sociais; e uma política de juros reais elevados.

A sua aplicação nos EUA e no Brasil aprofundou a recessão e, com ela, aumentaram o desemprego, a miséria, a fome e a criminalidade. Enfim, a crise social foi agravada. No caso brasileiro, um caso especial de capitalismo selvagem, com uma economia endividada com os banqueiros internacionais, a política neoclássica, quando teve forças, estimulou um processo de hiperinflação destinado a gerar internamente excedentes de mercadorias exportáveis, usados para gerar divisas para o pagamento da dívida externa. Após o hiato de estabilização do período Zélia, através da liberação geral dos preços, e de uma política de juros reais positivos de Marcílio, reacendeu-se a hiperinflação, que veio desorientar o siste-



ma de preços relativos, desorganizando a economia e destruindo os segmentos empresariais mais vulneráveis.

O afastamento de Collor e a eleição de Bill Clinton para a presidência dos EUA refletem a forte rejeição popular àquela política e marcam o fim de sua hegemonia no continente americano. As primeiras declarações de Clinton, após a confirmação de sua vitória nas urnas, foram para reiterar seu compromisso com a recuperação econômica e o desenvolvimento do país. Está aí o seu plano de reconstrução nacional dos cem dias que sinaliza o resgate da política de pleno emprego de Roosevelt e do pensamento keynesiano.

O segundo caminho não constitui propriamente uma alternativa de política econômica e social, mas um remendo ao liberalismo neoclássico. É o chamado "modelo vicentino de desenvolvimento", baseado no "populismo assistencialista", que tem lugar no Terceiro Mundo, sobretudo, quando as crises sociais e econômicas resultantes da política neoliberal tornam-se insuportáveis e a pressão popular ameaça uma redistribuição de renda. Nessas ocasiões o primeiro impulso é tomar dos mais ricos para dar aos mais pobres. É então que se estabelece o conluio entre as elites financeiras e empresariais e as correntes políticas "populares", dominantes, de forma a tirar dos remediados (classe média) para dar aos pobres.

Esse modelo é constituído por medidas assistenciais e paliativas, que objetivam amenizar e mascarar os efeitos perversos do neoclássicismo, resguardando o sistema

de privilégios das elites financeiras e empresariais e deixando intactas as verdadeiras causas das crises. É o analgésico social que combate a febre sem atacar a doença e inclui práticas como as "frentes de trabalho" do Nordeste, o "sopão dos pobres", a doação de moradias e de lotes, o "programa do leite" e a "cesta básica".

No Brasil este modelo institucionalizou o "apartheid social", dividindo a população em duas grandes novas classes: a dos "milionários" e a dos "carentes". Criou-se então o país das creches, das Febems, Funabems, dos Cieps, Ciacs, LBAs, dos presidios, dos hospícios, verdadeiros campos de concentração da guerra social, permeando o país dos "milionários", dos empresários, dos banqueiros, dos PCs, das mansões, das bolsas de valores e especulações financeiras, da educação privada elitista, dos computadores e da tecnologia de vanguarda.

O terceiro caminho é a única alternativa real ao liberalismo neoclássico. É o caminho da vida, da construção e do desenvolvimento econômico e social, voltados para o bem-estar e o restabelecimento da dignidade do ser humano, comprometidos com o humanismo universal, com a restauração e a preservação do meio ambiente. Tal desenvolvimento promove, por meio da expansão da ciência e da tecnologia, a realização e a sobrevivência do homem numa perspectiva planetária. Seus valores ultrapassam o humanismo, na medida em que prescreve a preservação de toda e qualquer espécie de vida.

A retomada do desenvolvi-

mento, neste verdadeiro sentido de modernidade, é a única forma de eliminar a recessão, o desemprego, a miséria e a fome, mas exige um regime de estabilidade de preços, pois a inflação e, com mais razão, a hiperinflação inibem e destroem a atividade produtiva, desorganizam a sociedade e expropriam renda de grupos e classe sociais, arruinando o homem e a natureza.

As medidas adotadas pelo governo (à exceção do affair isolado da indústria farmacêutica) — como o "pacote fiscal", a compra de vagas nas escolas privadas (a preços altíssimos) para os "alunos carentes", a tabela diferenciada da energia elétrica que isenta a "população carente", o "programa de alimentos a baixo custo" e a retomada das "frentes de trabalho no Nordeste" — indicam que o governo Itamar começou a trilhar o segundo caminho.

A hiperinflação, o único imposto que urge suprimir, continua crescendo, "esquecida" pelo governo. Basta ver que uma inflação de 25%, ao mês implica uma expropriação da receita pública e dos salários de igual proporção, destruindo os setores empresariais mais frágeis e trazendo, na esteira da recessão, toda sorte de crise social, como a criminalidade, a infância abandonada, etc. Se o governo insistir neste caminho, em breve, o Brasil se transformará no "país dos carentes", em meio a uma hiperinflação cada vez maior.

■ Mauro Leite de Magalhães Pinto, doutor em Economia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris-France), foi professor de economia financeira e monetária da UnB.